

## **Guerra do Rio: Análise Discursiva da Editoria do Jornal Extra<sup>1</sup>**

Davi Carlos Acácio<sup>1</sup>

Cícero Costa Villela<sup>2</sup>

Universidade Federal de Juiz Fora, Juiz de Fora, MG

### **Resumo**

O presente artigo pretende trabalhar como a editoria Guerra do Rio, veiculada pelo jornal Extra a partir de agosto de 2017, se significa no/através do periódico. Para isso, abordamos as questões históricas da cidade do Rio de Janeiro, as memórias discursivas que o significante “guerra” pode trazer e analisamos o editorial publicado pelo Extra, intitulado “Isso não é normal”, que tentou justificar a nova editoria do jornal, observando a partir deste, as formações discursivas e posições-sujeitos ocupadas pelo periódico. As análises foram feitas a partir da metodologia da análise de discurso, com a perspectiva de identificar como os enunciados presentes significam no discurso. As várias repetições do significante “guerra” e outros significantes usados em situações de beligerancia mencionadas pelo jornal, sugerem a intenção do periódico em caracterizar um cenário maquiavélico, fugindo da neutralidade adotada por veículos de comunicação

**Palavras-chave:** Guerra; editoria; jornalismo; discursos; cidade.

### **1 – Cidades, simbólico e segregações.**

A cidade, enquanto produtora de sentidos – em si, no espaço que ocupa e nos sujeitos que interpela – é dotada de relações e características que constituem a sua significação enquanto cidade. Uma das relações interpostas, segundo E. Orlandi (2004) se constitui no amálgama entre dois corpos: o social e o urbano. Desta forma, “todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida, cruzam-se no espaço da cidade” (ORLANDI, 2004, p.11). Caracteristicamente, a heterogeneidade é também um elemento que faz parte da constituição do espaço urbano. Os sujeitos que ali significam – político e juridicamente -, são assujeitados, o que conseqüentemente acarreta na forma como eles vão significar a/na cidade.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação 9º semestre do Faculdade de Jornalismo da UFJF, e-mail: davicarlosacacio@gmail.com

<sup>3</sup> Orientador do trabalho. Professor Substituto da Faculdade de Jornalismo da UFJF, e-mail: cicerovillela@gmail.com

---

“Através do modo de funcionamento do discurso da e na cidade podemos compreender tanto a constituição do sujeito urbano com o seus modos de manifestação e a maneira com que vive, resiste, transforma, irrompe com novas formas de sociabilidade e de ‘comunicação’” (ORLANDI, 2004, p.14)

Através das subjetivações e da interpretação do sujeito, constitutivo da sua relação com a cidade, podemos nos perguntar: como a cidade é interpretada pelos sujeitos?

Em relação à primeira pergunta, ao interpretamos somos interpelados pela ideologia, que se materializa na língua e é atravessada por discursos. Neste caso, a cidade será interpretada pelo sujeito através do processo de interpelação ideológica.

E. Orlandi (2004), parte do pressuposto que há uma sobreposição do urbano sobre a cidade. Dessa forma, o discurso urbano silencia o real da cidade, ou seja, ele “homogeneiza o modo de significar a cidade seja pelo seu uso indiferente no discurso ordinário, no discurso administrativo, no do Estado, tomando as formas do jurídico ou do político indiscriminadamente” (ORLANDI, 2004, p. 34). É na *ordem* (quem domina quem) e na *organização* (empírica) do discurso urbano, tomado pelos discursos políticos, que acontece a sobreterminação urbana, como se houvesse nesses espaços sujeitos desorganizados, fora de lugar.

A sobredeterminação da ordem discursiva apresentada, produz o que a autora chama de efeito de “*verticalização* das relações horizontais da cidade, que, de espaço material contíguo, se transforma em espaço social hierarquizado” (ORLANDI, 2004, p.35). Esse processo, onde o *socius* (o aliado) e o *hostis* (o inimigo) se distinguem, contribui para que as diferenças se signifiquem como dominação, obstruindo as relações de contiguidade e urbanidade (2004).

Na cidade do Rio de Janeiro, - objeto concomitante deste estudo -, a separação simbólica dos indivíduos divididos entre as favelas e os bairros nobres, representa essa verticalização e se materializa nos discursos segregacionistas; discursos estes que referenciam o já-dito no Brasil oitocentista, como analisado por Callhoub (*apud*. BATISTA, 2003) sob olhar machadiano, caracterizando:

“À pobreza como defeito moral, a tortura rotineira dos escravos como ‘castigo justo’, a verticalização da ‘atribuição e formulação de consciência de lugares sociais’ e hierarquia, autoridade e dependência, bem como ocultamento de sentimentos e consciências horizontais”. (CALLHOUB *apud*. BATISTA, 2003, P. 66)

Tais ações se estendem desde esse período, reproduzindo discursos que relacionam as doenças, os contágios, aos sujeitos pobres e discursos punitivistas, significando, na esfera social, o isolamento, o cárcere desses sujeitos como solução preventiva ante os sujeitos significados nos espaços excluídos. O outro como perigo.

Quando adotados, esse conjunto de discursos que reproduzem o sentido do outro como perigo, como ameaça, estabelecem-se de forma a produzir recortes de segregação que relacionam questões como pobreza, saúde e indicativos raciais. Essas relações estabelecem o que Batista (2003) chama de “economia do medo”, onde “o medo é um projeto estético, que entra pelos olhos, pelos ouvidos e pelo coração” (BATISTA, 2003, p.75).

A projeção significativa da palavra medo, reforça nos corpos, a possibilidade de significados como (sujeitos que habitam e produzem) lugares perigosos. “Quando o racista branco se depara com um negro não é um indivíduo humano que ele vê, mas uma criação de sua mente, um pesadelo.” (SANTOS *apud.* BATISTA, 2003, 157).

A produção desses sentidos contribui então para formações imaginárias, imagem que contribui para a constituição das condições de significação (ORLANDI, 1999). “Como o estereótipo deriva de um processo de categorização e de generalização (deslizando para generalidade), simplifica o real, favorecendo uma visão esquemática, própria aos preconceitos”. (ORLANDI, 2004, p.45).

Esse processo de simplificação indicado por E. Orlandi (2004) diz respeito a uma das características do espaço urbano. Para a autora, a quantidade é um “traço estruturante desse sítio significativo que é a cidade, faz funcionar, em sua formulação, a repetição que se apresenta no imaginário dominante como lugar-comum” (ORLANDI, 2004, p. 46). Onde, a partir desses lugares, reforçam-se as ideias de estereótipos, clichês e senso-comum, partindo do pressuposto que há muito do mesmo num determinado lugar.

De acordo com Orlandi, a quantidade, enquanto materialidade-simbólica da cidade, metaforiza-se nos diferentes modos de significar enquanto sujeito intermitente de um processo histórico. Porém, quando a metáfora se dá a partir de uma concepção simbólico-pólitica capitalista, “parte da transformação possível se transmuda em violência porque não é acolhida pela história” (ORLANDI, 2004, p.64).

---

O Rio de Janeiro, através das condições de produção, permite a formação de mecanismos imaginários segregacionistas, reproduzindo os sentidos do “medo do outro”, justificando a violência como parte constituinte dessas relações. No entanto, Orlandi faz uma observação sob uma outra perspectiva. Para a autora, as situações citadas anteriormente que, formulam um imaginário sobre a cidade, possibilitam a violência como metaforização de processos históricos da cidade.

“Ao contrário, na perspectiva com que olho a cidade, a violência é uma metaforização mal sucedida da quantidade, essa sim constitutiva em primeira instância do que é o urbano, da cidade. O deslizamento do conflito – este também constitutivo – para a violência já é igualmente um trabalho da história, da sociedade, da ideologia. Confronto do homem com o simbólico e com o político, a violência não é pois natural à cidade, ela é a confluência de certas condições em que o trabalho mal sucedido com a quantidade: a violência é política, ela se determina na história das relações sociais.” (ORLANDI, 2004, P. 65)

Se, de acordo com E. Orlandi, a violência é política, como os sentidos desse significante se propagam? A violência se re-significa a partir dessa propagação? Como o medo do outro é constituído a partir daí?

Resgato aqui a questão do estético, afinal a produção de atos de terror faz menção às exposições dos suplícios em praças públicas, o que retoma memórias discursivas que significam a manutenção da ordem, no sentido da preservação da segurança e bem-estar. O perigo está domado.

Os processos comunicacionais naturalizam os conflitos. As situações de violência não são refletidas enquanto relações sociais, elas são, em sua maioria, rearranjadas como acontecimentos isolados, ignorando as condições de produção sócio-histórica, intensificando a reprodução dos sentidos de violência.

“Nesse sentido, a mídia, embora não seja a instância produtora do imaginário da violência, ela o acentua, na medida em que investe nesse processo de significação ao invés de procurar rompê-lo. O que, aliás, é próprio ao funcionamento da mídia: ela, em geral, não reflete sobre os processos de significação sociais, ela os reflete, no sentido de efeito de retorno automático, de espelhar.” (ORLANDI, 2004. P. 65)

São nas relações entre mídia e violência que está a inquietação deste estudo. A partir de uma análise discursiva, o presente trabalho propõe-se a analisar o artigo que justifica a nova editoria adotada pelo jornal Extra: “Guerra do Rio”. Como essa editoria pretende abordar os problemas de segurança pública da cidade? Qual a posição-sujeito assumida

---

pelo jornal dentro de uma formação discursiva? Essas são algumas indagações que pretendemos responder no próximo capítulo.

## 2 – Guerra do Rio (?)

O jornal Extra, fundado em 1998 pelo Infoglobo – empresa pertencente ao Grupo Globo -, é um dos mais vendidos nas bancas cariocas. Trata-se de um jornal factual, que aborda temas cotidianos. No entanto, em agosto de 2017, o periódico lança uma editoria para tratar dos problemas de segurança pública na cidade do Rio de Janeiro. A editoria “Guerra do Rio”, adotada pelo Extra, na data de lançamento, veio junto à uma nota, intitulada “Isso não é normal”. É a partir dessa editoria e da nota lançada que faremos uma análise do objeto, partindo do conceito discursivo de metáfora, capaz de notar o deslizamento dos sentidos na materialidade e os deslocamentos da posição-sujeito, buscando captar as formações discursivas ali empregadas.

Para a análise do discurso, o conceito de metáfora é fundamental, já que os sentidos se dão exclusivamente nas relações metafóricas - deslocamentos dos sentidos, paráfrase e polissemia. A formação discursiva se dá a partir das referências de compreensão dos sentidos. Diferentes palavras, enunciados, significam de maneira diferente de acordo com a maneira como são produzidas. São nas formações discursivas que aparecem as posições-sujeitos. Este conceito referência a posição discursiva ocupada no discurso, não a posição empírica (Orlandi, 2004).

Na análise, dividiremos o título editorial e a nota, em enunciados, que serão representados pela letra “E” e enumerados acordo com a ordem que serão citados no texto.

**E1:** “Guerra do Rio” (Extra, 2017, web jornal<sup>1</sup>)

Trazemos neste primeiro enunciado a editoria criada pelo Extra. Para analisarmos o enunciado “Guerra do Rio”, vamos construir um enunciado não atestado para podermos comparar os deslizamentos dos sentidos de um para outro.

<sup>1</sup><https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html> . Visitado em 18/04/2018 às 19:09

Uma formulação que vem sendo bastante utilizada diz respeito ao projeto político de combate às drogas nos EUA no final da década de 70, que foi reproduzido em vários países, inclusive no Brasil. Este tema é tratado especialmente pelo antropólogo Wacquant (2007). Pode-se com isso formular o enunciado “Guerra às Drogas”.

A guerra, enquanto produção maniqueísta, justifica a truculência das forças militares para combater um mal instaurado, neste caso, as drogas. Enunciados alarmistas, que espalham sensações de insegurança e a necessidade da ordem do caos, reforçam os sentidos do benefício da “guerra ao crime”, como afirma Wacquant (2007)

“Graças à tenaz distorção de crime, pobreza e imigração veiculada pela mídia, bem como à constante confusão entre insegurança e ‘sentimento de insegurança’- feita sob medida para canalizar para a figura do delinquente de rua a ansiedade difusa pelos deslocamentos assalariados [...] estas políticas são objeto não apenas de um consenso político sem precedentes, mas também desfrutam de um amplo apoio público que atravessa as fronteiras de classe”. (WACQUANT, 2007, P.28)

Ainda segundo Wacquant (2007), a hipertrofia do estado penal nas últimas décadas, que tem clientela padronizada, compõe os sentidos maquiavélicos intrínsecos nas relações de conflitos. A reprodução do medo perpetuado em nossa sociedade, deve-se, segundo Delumeau, à uma “mentalidade obsidional”, que, “levam a pensar que a permanente fabricação de estereótipos de inimigos permite o entendimento do medo como uma interpretação da realidade.” (DELUMEAU, *apud* BATISTA, 2003, p.84)

O interdiscurso presente na editoria, evidencia as relações de exterioridade na produção maniqueísta de “guerra”, afinal, a suposta “Guerra do Rio” não se sucede nas áreas nobres da cidade fluminense. Os conflitos acontecem nas favelas, tomadas como lugares “perigosos”, onde seus atores são estereotipados e rotulados como inimigos.

Nestas condições, o periódico metaforiza os sentidos de guerra, parafraseando sua colocação à nível dos discursos de “guerra às drogas”. Como se esse embate da segurança pública não tivesse terminado, mas sim, atingindo um novo capítulo. A guerra além de contra alguma coisa – as drogas -, agora tem um espaço materializado, de acordo com o jornal – o Rio de Janeiro.

**E2** – “A partir de hoje, o leitor do EXTRA passará a encontrar, em nossas páginas do jornal impresso e no site, uma expressão que, até então, nossos jornalistas evitavam: guerra do Rio. Não se trata de uma simples mudança na forma de escrever, mas, principalmente, no jeito de olhar, interpretar e contar o que está acontecendo ao nosso redor”. (EXTRA, 2017, website<sup>1</sup>)

---

**E3** – “O EXTRA continuará a noticiar os crimes que ocorrem em qualquer metrópole do mundo: homicídios, latrocínios, crimes sexuais... Mas tudo aquilo que foge ao padrão da normalidade civilizatória, e que só vemos no Rio, estará nas páginas da editoria de guerra. Um feto baleado na barriga da mãe não é só um caso de polícia. É sintoma de que algo muito grave ocorre na sociedade. A utilização de fuzis num assalto a uma farmácia não pode ser registrada como uma ocorrência banal. A morte de uma criança dentro da escola ou a execução de um policial são notícias que não cabem mais nas páginas que tratam de crimes do dia a dia”. (EXTRA, 2017, website<sup>1</sup>)

No E2, - primeiro parágrafo da nota do jornal explicando o uso da editoria -, o Extra passa o recado sobre a mudança apresentada, pontuando o uso de uma nova expressão que os jornalistas do periódico evitavam. Neste caso, pressupõe-se que o jornal já significava os conflitos como atos de “guerra”, mas não o materializava. Isso pode ser confirmado no decorrer do enunciado, onde a nota afirma que trata-se de um modo de interpretar e contar os acontecimentos. No entanto, ao se assumir como interprete, o jornal deixa a posição noticiosa, a qual se legitima historicamente e se posiciona ante os fatos narrados, interpretando os acontecimentos a partir das ideologias que o interpelam.

O terceiro enunciado (E3), conta que o jornal segue o compromisso de noticiar crimes nas grandes metrópoles estaduais, dever ético e mercadológico de todo grande veículo de comunicação. Seguidamente, o enunciado caracteriza os crimes ocorrentes no Rio de Janeiro como fora dos padrões civilizatórios e afirma que alguns deles só acontecem na cidade, exemplificando alguns. Quando o Extra faz uso do significante “só” ele elimina a possibilidade de acontecimentos parecidos em outros espaços. Há neste caso, o equívoco da língua que antecipa os acontecimentos e os exclui de serem repetidos em outras esferas. O significante também fecha a possibilidade de discursos outros.

**E4** – “A criação da editoria de guerra foi a forma que encontramos de berrar: isso não normal! É a opção que temos para não deixar nosso olhar jornalístico acomodado diante da barbárie.” (EXTRA, 2017, website)

**E5** – “Temos consciência de que o discurso de guerra, quando desvirtuado, serve para encobrir a truculência da polícia que atira primeiro e pergunta depois. Mas defendemos a guerra baseada na inteligência, no combate à corrupção policial, e , e que tenha como alvo não a população civil, mas o poder econômico das máfias e de todas as suas articulações.” (EXTRA, 2017, website<sup>1</sup>)

---

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html> . Visitado em 18/04/2018 às 19:42

**E6** – “Sabemos que não há solução fácil nem mágica para o problema. Guerra pressupõe vitórias, derrotas, avanços, recuos, acertos e erros. É preciso paciência e consciência de que nada será resolvido a curto prazo. Mas temos a esperança de perder, um dia, o título de ser o único diário do planeta a ter uma editoria de guerra num país que se recusa a reconhecer que está em guerra.” (EXTRA, 2017, website<sup>1</sup>)

No E4, nos deparamos com o enunciado “isso não é normal”, neste ponto, subentende-se que as relações de produção, os corpos, os outros, são anormais, reforçando o sentido maniqueísta significado na guerra. No entanto, o jornal normatiza o sentido e as significações do termo guerra, dizendo que esse significante é o único plausível a uso diante dos acontecimentos. Deparamos nessa situação, com o que M. Pêcheux (*apud* ORLANDI 2004) chama de “esquecimento número dois” - representa que, ao falarmos, escolhemos uma forma de dizer e não outra - este, da ordem da enunciação. Pêcheux denomina então o conceito de ilusão referencial, quando acredita-se que “há uma relação direta entre o pensamento, a linguagem e o mundo, de tal modo que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras.” (PÊCHEUX *apud* ORLANDI, 1999, p.33)

A partir do E5, podemos observar uma tentativa de antecipação discursiva do periódico sobre o interlocutor. Ao dizer “temos consciência de que o discurso de guerra, quando desvirtuado, serve para encobrir a truculência da polícia que atira primeiro e pergunta depois” (EXTRA, 2017), o jornal pressupõe uma antecipação do leitor vide que há uma relação de sentidos entre o dito e discursos futuros. Afinal, a “guerra às drogas”, possível parafrástica de sentido à guerra descrita pelo Extra, estabelece em um dos seus sentidos à violência das forças militares, a antecipação discursiva do enunciado anterior, dado às relações de forças constitutivas do jornal, tenta fechar os sentidos e esclarecer que apesar de apoiar a guerra o veículo comunicacional é contra a violência policial. Posteriormente, o periódico assume uma posição nesta guerra. Não há uma demarcação empírica no lugar pressuposto dos conflitos, mas uma posição ideológica, discursiva. A posição-sujeito do jornal se metaforiza, há o deslocamento de neutralidade e o sujeito se impele no que diz. A posição-sujeito assumida pelo jornal dá-se na formação discursiva dita no enunciado “defendemos a guerra baseada na inteligência, no combate à corrupção policial e que tenha como alvo não a população civil, mas o poder econômico das máfias e de todas as

<https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html> . Visitado em 18/04/2018 às 20:24

suas articulações.” (EXTRA, 2017).



O jornal mantém a formação-discursiva sob o significante “guerra” no E6, ao reproduzir o termo “sabemos”, o periódico se insere discursivamente no imaginário do conflito. Através das relações de forças, o jornal pressupõe “vitórias, derrotas, etc.”. O sentido maniqueísta de guerra é novamente materializado, afinal, quando alguém ganha pressupõe-se que outro irá perder.

O não-dito caracteriza-se exatamente no maniqueísmo do enunciado, dos possíveis sentidos bélicos que aparecem nos significantes ali empregados. O não-dito normatiza possíveis resultados da guerra. O jornal evidencia a normatização desses resultados ao reproduzir esse imaginário. Neste enunciado caracteriza-se novamente a insistência do jornal em fechar os sentidos. Ao usar o significante “único”, no contexto enunciativo, pressupõe que o Extra é de fato o único jornal a possuir uma editoria de guerra. Esse enunciado antecede um outro, que fecha a nota ao leitor. O jornal afirma que “o Brasil reluta reconhecer que está em guerra”. O imaginário dos sentidos e a forma do dizer estabelece a formação-discursiva adotada pelo jornal. Não há outro modo de significar as situações, os conflitos. Só há uma formação discursiva, um modo ideológico de narrar os acontecimentos: é guerra.

### **3 – Conclusão**

Pudemos observar, através das narrativas empregadas pelo jornal Extra, que o periódico instaura-se numa posição sujeito ideológica a partir de uma formação discursiva, na sua forma do dizer. Adota o termo “guerra” como forma única de descrever os acontecimentos atuais na cidade do Rio de Janeiro, estabelecendo sua relação de força nos sentidos sócio-históricos que o enunciado guerra pode significar.

O cenário que compunha a capital carioca constituía-se à época do lançamento da editoria, com a presença do exército nas ruas da cidade. Após aval do presidente Michel Temer, dado no dia 31 de julho de 2017, as tropas militares dirigiram-se ao Rio para cumprir a ordem de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). A exterioridade, o interdiscurso, que é a presença do exército naquele cenário, adiciona à possibilidade do uso da editoria.

No caso do jornal Extra, a novidade, o novo, é estabelecido pelo lugar onde o discurso bélico se posiciona. Os significantes militarizados que presumiam conflitos maniqueístas,

---

saltam das letras miúdas das matérias e ganham forma clara e objetiva como editoria de um periódico de circulação nacional.

No entanto, na formação discursiva militarizada é algo que se reforça a partir do esquecimento ideológico “o qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos” (Orlandi, 1999, p. 33). O deslocamento então, fica por conta da metáfora, que realoca a memória discursiva dos sujeitos interpretantes para o novo discurso adotado, o de guerra do Rio. “A metaforização quase que infinita da guerra – contra o crime, as drogas, o terror, a doença – solidifica mudanças mais amplas de paradigmas urbanos e sócias, [...] os para ideias autoritárias e militarizadas do papel do Estado para manter a ordem.” (GRAHAM, 2016, P.76)

De acordo com Deer “o discurso de guerra [...] funciona como uma estratégia que recorta, separa e compartimenta o conhecimento, oferecendo uma grade sedutora e militarizada através da qual se pode interpretar o mundo.” (DEER *apud* GRAHAM, 2016, p.93). Como evidenciamos na análise, o jornal assume um lugar no conflito e uma posição-sujeito no imaginário. A partir do pensamento do estudioso citado, das relações de exterioridade que compõe o discurso, é possível pressupor a interferência no campo político-ideológico que o jornal assume ao adotar o significante guerra para narrar conflitos urbanos. “Com muita facilidade, esse discurso leva a um mundo em que ‘a vida em si é uma guerra’. Ele revela uma profunda inabilidade com qualquer noção de outro para além de colocar esse grupo na mira do mecanismo de combate.” (GRAHAM, 2016, P.76)

A partir das observações e análises discutidas aqui sobre a editoria de “Guerra do Rio” do jornal Extra, podemos concluir que, a formação discursiva impelida no enunciado guerra, as formas que este significante metaforiza e desliza os seus sentidos, emprega ao jornal, constituído de uma relação de força, a proposição de um discurso político-ideológico militarizado como solução de conflitos. Para garantir isso o jornal deixa a posição que ocupa historicamente enquanto veículo noticioso e, através de seus enunciados, assume-se como interprete dos acontecimentos. Tomar o significante “guerra” enquanto editoria é uma das formas que o jornal adota para interpretar os acontecimentos e conflitos da cidade do Rio de Janeiro. A partir disso, numa formação discursiva inscrita pelo significante “guerra”, há a metaforização dos discursos de

---

“guerra”, o deslocamento da neutralidade jornalística enquanto posição-sujeito, assumindo o significante “guerra” como matriz de sentidos de uma formação discursiva.

## **REFERÊNCIAS:**

---

BATISTA, V. M. **“O Medo na Cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história”**, 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003

GRAHAM, S. **“Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar”**, 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ORLANDI, E. P. **“Cidades dos Sentidos”**, 1. ed. Campinas, SP: Pontes, 2004.

ORLANDI, E. P. **“Análise de Discurso: princípios e procedimentos”**, 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

WACQUANT, L. **“Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos”**, 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

EXTRA, **“Isso não é normal”**, <https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/isso-nao-normal-21711104.html>, visitado em 18/04/2018.